



The LGBTQIA+ vulnerability and the need to create shelters in Brazil

A Vulnerabilidade LGBTQIA+ e a necessidade da criação de casas de acolhimento no Brasil

SANTOS, Alana Carla Berto ⁽¹⁾; SILVA, Lívia de Oliveira ⁽²⁾; LEANDRO, José Ferreira ⁽³⁾; ABREU, Swan Rocha Siqueira Tavares⁽⁴⁾; SOARES, Marcos Vinícius de Rolemberg ⁽⁵⁾.

⁽¹⁾ 0000-0003-3679-4984; Bacharela em Direito pela UNEAL. Arapiraca, Alagoas (AL), BRAZIL. E-mail: alanacarla@yahoo.com.br;

⁽²⁾ 0000-0002-6061-6558; Bacharela em Direito pela UNEAL. Arapiraca, Alagoas (AL), BRAZIL. E-mail: o.lvia@yahoo.com.br;

⁽³⁾ 0000-0002-3097-6923; Bacharel em Direito pela UNEAL. Arapiraca, Alagoas (AL), BRAZIL. E-mail: leolymma@hotmail.com;

⁽⁴⁾ 0000-0002-3688-8377; Bacharel em Direito pela UNEAL. Arapiraca, Alagoas (AL), BRAZIL. E-mail: swanrocha@gmail.com;

⁽⁵⁾ 0000-0002-9690-7576; Bacharel em Direito pelo CESMAC. Arapiraca, Alagoas (AL), BRAZIL, e-mail: viniciusrolemberg.ares@gmail.com

O conteúdo expresso neste artigo é de inteira responsabilidade dos/as seus/as autores/as.

ABSTRACT

Brazil is the country that kills the most LGBTQIA+ population in the world. Thus, situations of exclusion and violence both in the family environment and on the streets have increased in recent years. In light of this statement, this study aims to relate the vulnerability and situations of exclusion against the LGBTQIA+ population and the need for shelter centers for this minority. The methodology used in the production of the work will be the qualitative bibliographic research when reviewing articles, books and periodicals. It is understood that the lack of information and violence are allied and this is a contributing factor to such vulnerability, since they are motivated by prejudice and other elements that surround the life of the individual belonging to this population. In this context, it is necessary to guarantee the principle of human dignity, affirmed by the 1988 Constitution. It is worth mentioning that Brazil is the country that kills the most LGBTQIA+ people. In this sense, the homophobia suffered at home generates psychological and physical disorders, in which this group is in a vulnerable situation.

RESUMO

O Brasil é o país que mais mata população LGBTQIA+ no mundo. Assim, as situações de exclusão e violência tanto no meio familiar, quanto nas ruas têm aumentado nos últimos anos. Diante desta afirmativa, o presente trabalho tem por objetivo relacionar a vulnerabilidade e as situações de exclusão contra a população LGBTQIA+ e a necessidade de centros de acolhimento para esta minoria. A metodologia utilizada na produção do trabalho será a pesquisa bibliográfica qualitativa ao revisar artigos, livros e periódicos. Compreende-se que a falta de informação e violência são aliadas e, isto é um fator contributivo para tal vulnerabilidade, posto que motivadas pelo preconceito e demais elementos que circundam a vida do indivíduo pertencente a esta população. Neste contexto, é necessário garantir o princípio da dignidade da pessoa humana, positivado pela Constituição de 1988. Vale salientar que o Brasil é o país que mais mata pessoa LGBTQIA+. Neste Sentido, a homofobia sofrida dentro de casa gera transtornos psicológicos, físicos, em que este grupo fica numa situação de vulnerabilidade.

INFORMAÇÕES DO ARTIGO

Histórico do Artigo:

Submetido: 25/05/2021

Aprovado: 31/12/2021

Publicação: 10/01/2023



Keywords:

LGBTQIA+ refuge;
sexuality and gender; public
policy; homophobia; gender
freedom.

Palavras-Chave:

refúgio LGBTQIA+;
sexualidade e gênero;
políticas públicas;
homofobia; liberdade de
gênero.

Introdução

A cidade, a escola e a família caracterizam espaços que devem oportunizar a discussão de questões sociais, de gênero, e que possibilite o desenvolvimento do pensamento crítico, garantindo a segurança de seus membros. Políticas de divulgação, promoção, defesa e afirmação devem existir para garantir que os direitos fundamentais ¹ sejam de fato assegurados.

De acordo com Grupo Gay da Bahia (GGB), em maio de 2019 no Brasil foram registradas uma morte a cada 23 horas por homofobia. O país encontra-se em uma situação carente de políticas públicas, em diversas áreas, que contribuam para erradicar as mortes violentas e, que proporcionem igualdade cidadã à comunidade LGBTQIA+.

Assim como a violência contra a mulher, tutelada pela Lei n. 11.340/06 (Lei Maria da Penha), também existe uma violência recorrente e de tamanha gravidade que, muitas vezes, é negligenciada pelas autoridades públicas, que é a violência que se dá em consequência de orientação sexual e de gênero.

Neste Sentido, a homofobia sofrida dentro de casa gera transtornos psicológicos, físicos e até a morte, colocando a comunidade LGBTQIA+ numa situação de vulnerabilidade, inferioridade e anormalidade.

Segundo Lopes (2013), “a vulnerabilidade envolve um conjunto de fatores que pode diminuir ou aumentar os riscos aos quais o ser humano, individualmente ou em grupo, está exposto em diversas circunstâncias de sua vida [...]”. Embora sejamos todos iguais perante a lei, de acordo com a Constituição Federal de 1988, na prática a violência sofrida pelos grupos minoritários e grupos vulneráveis, no que tange a questão de gênero e sexualidade é algo grave que tem que ser transformado através de políticas públicas e educacionais.

A terminologia vulnerabilidade, segundo Corrêa (2010, p. 23), “é originária do movimento de Direitos Humanos, [...] difundiu-se na década de 80 no campo da saúde pública ao tratar da epidemia da Aids”. Infelizmente a maioria das políticas públicas voltadas para a comunidade LGBTQIA+ só são aplicadas em torno de campanhas contra AIDS ou doenças sexualmente transmissíveis (DST) e, mesmo assim, só em épocas de Carnaval. isto é um resquício da década de 80 do século XX, quando a AIDS ainda era conhecida como câncer gay e a homossexualidade ainda era vista como uma doença.

De acordo com Guimarães e Novaes (1999):

[...] a expressão vulnerabilidade social sintetiza a ideia de uma maior exposição e sensibilidade de um indivíduo ou de um grupo aos problemas enfrentados na sociedade e reflete uma nova maneira de olhar e de entender os comportamentos de pessoas e grupos específicos e sua relação e dificuldades de

¹ Os direitos fundamentais são direitos protetivos, que garantem o mínimo necessário para que um indivíduo exista de forma digna dentro de uma sociedade. (FACHINI, Thiago. *In*: Projuris. Brasil. 8 de fevereiro de 2022. Disponível em: <https://www.projuris.com.br/blog/o-que-sao-direitos-fundamentais/>. Acesso em: 28/12/2022.

acesso a serviços sociais como acesso a educação, serviços de saúde, etc. (ADORNO, 2001, p. 62)

A sociedade brasileira é machista e patriarcal² e busca controlar e silenciar a sexualidade do outro e a sua identidade de gênero, agindo como agente controladora das vontades, sexualidade e afetividade dos outros ditando regras heteronormativas e binárias. Dentro dessa relação de poder e controle, essa sociedade marginaliza tudo aquilo que não corresponde a um padrão de afetividade e sexualidade previamente imposto. Os sujeitos que não seguem as regras tendem a serem marginalizados excluídos ou expulsos.

Bourdieu, em sua obra *A dominação masculina* (2014), traz uma reflexão sobre a violência simbólica e os estigmas sociais sofridos pelos LGBTQIA+:

A forma particular de dominação simbólica de que são vítimas os homossexuais, marcados por um estigma que, à diferença da cor da pele ou da feminilidade, pode ser ocultado (ou exibido), impõe-se através de atos coletivos de categorização que dão margem a diferenças significativas, negativamente marcadas, e com isso a grupos ou categorias sociais estigmatizadas. Como em certos tipos de racismo, ela assume, no caso, a forma de uma negação da sua existência pública, visível. A opressão como forma de "invisibilização" traduz uma recusa à existência legítima, pública, isto é, conhecida e reconhecida, sobretudo pelo Direito, e por uma estigmatização que só aparece de forma realmente declarada quando o movimento reivindica a visibilidade. Alega-se, então, explicitamente, a "discrição" ou a dissimulação que ele é ordinariamente obrigado a se impor. (BOURDIEU, 2014,p.143)

Os estigmas retratados por Bourdieu perduram até os dias atuais e levam milhares de LGBTQIA+ a serem expulsos de sua casa e do ambiente de trabalho. Quando se trata do ambiente de trabalho, na maioria das vezes não é dito ao funcionário a causa da demissão, mas quando se trata do ambiente familiar, a expulsão vem acompanhada de anos de violência psicológica e/ou física.

A filósofa Judith Butler em sua obra *Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade* (BUTLER, 2003.), aborda a temática da heterossexualidade compulsória. Segundo a autora, as sociedades impõem a sexualidade, ou seja, determinam o que é adequado e correto enquanto norma social. Essas normas ditam como se comportar, a depender do gênero em que somos postos ao nascermos. Essa relação de imposição e ao mesmo tempo de violência, tem sido perpetuada por séculos e, dessa forma, a sociedade julga aqueles que ousam subvertê-la.

Um grupo de estudantes da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) criou uma Plataforma online para ajudar homossexuais expulsos de casa a encontrar um lar. O objetivo da plataforma é unir homossexuais desabrigados as pessoas dispostas a ceder um espaço temporário. Para verificar se havia, de fato, demanda para o serviço, os criadores do *Mona Migs* fizeram pesquisas pela internet e em pontos do Recife que reúnem público LGBTQIA+.

² Forma de organização social em que predomina a autoridade paterna.

Com isto, foram mais de 500 respostas. Eles identificaram que 75% dos homossexuais tinham medo de ser expulsos de casa e 60% disseram conhecer alguém que já ficou sem abrigo. Por outro lado, 55% dos consultados afirmaram que acolheriam uma pessoa LGBTQIA+ em situação urgente.

Como pode-se analisar, as pessoas LGBTQIA+ quando expulsas de casa, acabam indo parar nas ruas, ficando ainda mais vulneráveis a agressões físicas e psicológicas justificadas apenas por sua orientação sexual ou identidade de gênero. Dessa forma, é necessário a criação de abrigos ou albergues de caráter público para ajudar estas pessoas em situação de vulnerabilidade. No entanto, por não se enquadrarem nos padrões de gênero impostos pelos abrigos femininos ou masculino, muitos membros da comunidade LGBTQIA+, como pessoas transexuais, travestis e transgênero acabam sendo excluídos desse tipo de serviços.

Desenvolvimento

Por meio de serviços, benefícios, programas e projetos a Política Nacional de Assistência Social possui papel fundamental para a promoção de direitos para população LGBTQIA+ em situação de vulnerabilidade.

Este serviço é ofertado através do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e abrange todo o território nacional. Cabe a esse equipamento prestar serviços para o combate de problemas sociais como: violência, desemprego, preconceito e discriminação.

Este artigo foi elaborado utilizando pesquisa bibliográfica. As fontes de livros e artigos publicados em periódicos foram utilizadas para identificar a problemática da cultura machista e patriarcalista que tanto oprime a população LGBTQIA+.

Para a pesquisa bibliográfica foram coletados dados no período de março a agosto de 2021, em bases de dados bibliográficos, tais como: Scientific Eletronic Librart Online (SCIELO), Periódicos CAPES, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, Lexml, Microsoft Academic Search e SaberCom.

As casas de apoio e acolhimento à comunidade LGBTQIA+ têm uma finalidade muito clara, que é disponibilizar serviços de assistência social como acompanhamento médico, psicológico, auxílio jurídico, moradia temporária e programas de reinserção social à população vulnerável.

Segundo o Instituto de Pesquisa Data Popular, que ouviu 1.264 pessoas onde se obteve a informação que um porcentual de 45% pais e 35% mães não aceita a homossexualidade dentro de sua situação familiar. Entre estes números estão presentes pais que expulsam filhos de seu lar de forma direta e, em outros casos, o filho (a) não aguenta a violência física ou psicológica e sai de casa.

Algumas das principais consequência da exclusão social da comunidade LGBTQIA+ do

seio familiar é a evasão escolar e a baixa empregabilidade o que agrava as condições precárias de vida do grupo. Em muitos casos, jovens têm como única alternativa a prostituição, principalmente, as travestis e transgêneros que, dentro desse grupo minoritário, são os que mais sofrem preconceito.

Não obstante, o Brasil lidera a lista de países que mais mata pessoas transexuais. Para Bourdieu (2014), possivelmente, a ausência de inclusão social, seja por parte da família ou da sociedade, coloque o país no topo dos índices de assassinato. O autor acrescenta que as pessoas transgêneros ou travestis têm dificuldade de acesso ao sistema educacional e o mercado de trabalho é muito mais restrito. Para mudar esta realidade é fundamental que haja políticas públicas efetivas de inclusão.

Salienta-se que a falta de moradia provocada pela expulsão direta ou indireta por familiares vêm resultando no aumento dessa população em situação de rua (BORRILLO, 2001).

O principal motivo pelo aumento das situações de exclusão desse grupo é a homofobia que consiste na:

[...] hostilidade, geral, psicológica e social, em relação àqueles e àquelas de quem se supõe que desejam indivíduos de seu próprio sexo ou tenham práticas sexuais com eles. Forma específica de sexismo, a homofobia rejeita a todos os que não se conformam com o papel determinado por seu sexo biológico. Construção ideológica consistente na promoção de uma forma de sexualidade (hétero) em detrimento de outra (homo), a homofobia organiza uma hierarquização das sexualidades e extrai dela consequências políticas. (BORRILLO, 2001, p. 36).

A homofobia é um sentimento irracional baseado em preconceitos análogos ao racismo, à xenofobia e ao sexismo e ela pode se manifestar em locais públicos ou privados através do discurso de ódio, da ridicularização, da violência verbal, psicológica e física, perseguições e assassinatos. Esse sentimento viola o princípio da igualdade e muitos outros direitos (BORRILLO, 2001).

De acordo com dados divulgados no relatório anual de crimes homofóbicos pelo GGB (Grupo Gay da Bahia), no ano de 2019, 329 LGBTQIA+ tiveram morte violenta no Brasil, vítimas da LGBTfobia, onde 297 foram vítimas de homicídios (90,3%) e 32 de suicídios (9,7%), o que corresponde a uma diminuição de 26% em relação ao ano de 2017 e 22% em relação a 2018.

O GGB é um dos principais responsáveis por investigar e catalogar os principais dados sobre a violência LGBTQIA+ no Brasil. Segundo dados do GGB, os transgêneros representam a categoria mais vulnerável a mortes violentas no país e o risco de assassinato é aproximadamente 17 vezes maior do que um gay. Esses dados deixam bem clara a necessidade da criação de políticas públicas para garantir a dignidade da pessoa humana desse grupo tão vulnerável.

Outrossim, a proposta da criação de Centros de Atendimento e Acolhimento voltados à comunidade LGBTQI+ é justificada pelo conhecimento da situação de vulnerabilidade em que o grupo se encontra e a importância desse equipamento e prestação de serviço à essa comunidade. Alguns locais de acolhimento vêm se destacando pelo papel social que desempenha como, por exemplo o *Homeless Assistance Center, The Bridge*.

O *Homeless Assistance Center, The Bridge*, no centro de Dallas é considerado o modelo mundial para o design de centros para sem-teto. O *The Bridge* busca desenvolver uma nova linguagem, novas visões e novas abordagens para lidar com a falta de moradia e acabar com o mito de que os abrigos, apesar de temporários, não podiam ser acolhedores e responsáveis pela mudança e melhoria dos que nele chegassem.

O *The Bridge* foi concluído em 2010 e desde então vem oferecendo abrigo, atendimento emergencial e cuidados transitórios, atendendo cerca de 1200 pessoas por dia que se encontram em situação de vulnerabilidade, estabelecendo a estrutura de apoio necessária para movê-los em direção a empregos e moradia permanentes

O edifício conta com um amplo espaço, contendo uma série de blocos interligados por uma circulação comum que delimita a praça central e funciona como espaço de convivência para os usuários.

A unidade inclui áreas de dormitório (contando com um pavilhão com dormitório ao ar livre), instalações de saúde física e mental, creche, escritórios jurídicos, áreas para terapia e instalações de treinamento.

Certamente, um projeto tão grandioso como o *The Bridge* é um sonho que um dia pode acontecer num país como o Brasil, entretanto, até lá pequenos centros e casas de acolhimentos se fazem necessário, hoje muito mais que antes, para acolher esses jovens abandonados pela família e negligenciados pelo Estado.

Consoante o site globo.com, existem mais de 12 casas de acolhimento para LGBTIs no Brasil, com o objetivo de amparar e apoiar pessoas em situação de vulnerabilidade social ou expulsos de casa por questão de gênero ou sexualidade. Dentre os principais centros de acolhimento LGBTs ativos no Brasil, pode-se mencionar:

- **Casa Aurora (Salvador - BA):** que foi inaugurada em maio de 2019 e se tornou o primeiro centro de acolhida exclusivo para LGBTIs de Salvador. O local recebe jovens *queer* de 18 a 29 anos em situação de vulnerabilidade social. O projeto oferece acolhimento integral, alimentação, produtos de higiene, serviços jurídicos, projetos socioeducativos e atendimento psicológico gratuito. A manutenção é feita por meio de financiamento coletivo e doações.
- **Instituto Transviver (Recife - PE):** criado em 2018, com o objetivo de oferecer cultura, educação, esporte e acolhimento a pessoas LGBTQIA+, principalmente os transgêneros em situação de vulnerabilidade social. A manutenção também é feita por meio de financiamento coletivo e doações.

- **Casa Chama (São Paulo - SP):** criada em 2018 com o objetivo de fortalecer a comunidade de artistas trans por meio de atendimentos de saúde, projetos culturais e assistências jurídicas. A casa realiza eventos culturais, grupo de estudo e apoio jurídico, bem como oferece alimentos e cestas básicas para a população trans que não consegue se inserir no mercado de trabalho.
- **Coletivo Arouchianos (São Paulo - SP):** fundado em 2016 o centro busca garantir a visibilidade e promover a cultura, arte, esporte, política e questões sociais da comunidade LGBTQI+ na região do Largo do Arouche, em São Paulo. Em novembro de 2019, o grupo passou a atuar também como centro de acolhida, onde rodas de conversa e atendimento psicoterapêuticos são feitos pela recuperação da dignidade humana dos abrigados.
 - **Casa Florescer (São Paulo - SP):** criada em 2016, a casa se tornou o primeiro centro de acolhida exclusivo para mulheres trans e travestis em situação de vulnerabilidade social. A Instituição tem o objetivo de receber, acolher e reverter a realidade das mulheres trans através de atendimento social e psicológico, oferecendo alimentação, cursos de qualificação, regularização de documentos e acompanhamento médico capacitado as mulheres trans. O abrigo tem apoio da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social da Prefeitura de São Paulo (SMADS), e possui duas unidades na capital, com capacidade para acolher até 30 pessoas por unidade.
- **Casa Nem (Rio de Janeiro - RJ):** criada em 2016 para atender as necessidades de um cursinho pré-vestibular, o "PreparaNem", voltado às pessoas trans, mas como a maioria das alunas não tinham onde morar, o projeto evoluiu para um abrigo. Administrada por ativistas trans, a "Casa Nem" dá acolhimento, apoio e resgate de autoestima para pessoas sujeitas à vulnerabilidade social. A casa abriga aproximadamente 50 pessoas que foram vítimas de violência, rejeição familiar com expulsão de casa e acabaram parando nas ruas. A casa não recebe nenhum apoio institucional e sobrevive de doações. Os residentes recebem todas as refeições e atendimento médico e psicológico feito realizado por voluntários.
- **Casa Miga (Manaus - AM):** criada em 2018, o ano em que Manaus registrou o maior número de mortes LGBTQIA+ do Brasil. A casa conta com o apoio da Agência da ONU para Refugiados (ACNUR) e tem se tornado uma das principais referências no suporte às pessoas em vulnerabilidade, com atendimentos psicológicos, sociais e profissionais realizados gratuitamente.
- **Astra LGBT (Aracaju - SE):** criada em 2001, com o objetivo de garantir a dignidade da pessoa humana para a comunidade LGBTQI+ de Aracaju, promovendo saúde, educação e cidadania plena aos membros do grupo.
- **TransVest (Belo Horizonte - MG):** criada com o objetivo de combater a transfobia, acolher a população travesti e transexual e incluir na sociedade. O projeto conta com um espaço educativo e oferece cursos profissionalizantes, palestras sobre as culturas LGBT, oficinas

artísticas, cursinho pré-vestibular, curso de libras, curso de línguas, aulas de defesa pessoal e apoio jurídico para a população trans da capital mineira.

- **Casa 1 (São Paulo - SP):** criada com o objetivo de acolher jovens LGBTQIA+ expulsos de casa e oferecer ajuda socioeducacional e atendimento psicoterápicos gratuitos ou de baixo custo. A casa atende aproximadamente 3.500 pessoas mensalmente.
- **CasAmor (Aracaju - SE):** foi criada em 2018 com o objetivo de amparar a comunidade LGBTQIA+ que se encontra em situação de vulnerabilidade social.
- **Casa Transformar (Fortaleza - CE):** foi criada com o objetivo acolher membros da comunidade LGBTQIA+ em situação de vulnerabilidade social em Fortaleza e é financiada exclusivamente por doações e mantida por uma equipe voluntária.
- **O Centro de Acolhimento Ezequias Rocha Rego (CAERR) (Maceió-AL):** foi inaugurada em 05 de janeiro de 2021, com o objetivo de oferecer moradia, alimentação e manutenção de materiais de higiene pessoal, serviços médicos, jurídicos e de educação para a população LGBTQIA+ e às pessoas convivendo com HIV/AIDS. O projeto é a primeira casa de acolhimento de Alagoas e através de uma equipe de voluntários, são realizadas triagens para avaliar se a pessoa precisa de moradia ou se só necessita das atividades de assistência social como serviços médicos, atendimento psicológico, cursos, aulas de línguas, reforço escolar, cursos preparatórios para concursos, orientação jurídica, assistência psicológica, cursos profissionalizantes, encaminhamento ao mercado de trabalho, fisioterapia e outros serviços.

Considerações Finais

Uma casa de acolhimento deve ser bem planejada para que o projeto tenha êxito em seus objetivos. A escolha da cidade ou mais especificamente do bairro para sediar o Centro de Apoio e Acolhimento LGBTQIA+ se baseia na necessidade de espaços voltados a esse grupo específico com intuito de promover amparo e proteção, junto ao fornecimento de diversos serviços sociais, como serviços de acompanhamento médico, psicológico, auxílio jurídico, auxílio educacional e grupos de compartilhamento e moradia temporária a quem necessitar.

Busca-se com uma proposta como essa, incluir, acolher, oferecer segurança, assistência e acolhimento e dessa forma garantir a dignidade da pessoa humana e os direitos fundamentais daqueles que são marginalizados e negligenciados devido ao preconceito e ao conservadorismo social.

Ademais, o acolhimento da pessoa LGBTQIA+ deve ocorrer no seio social no âmbito público e privado. Principalmente por meio de ações públicas que promovam a inclusão e a moradia e proporcione uma vida digna aos mais vulneráveis.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, R. C. F. Os jovens e sua vulnerabilidade social. 1ª ed. São Paulo: AAPCS. Associação de Apoio ao Programa Capacitação Solidária, 2001.
- BAZARGAN, Mohsen; GALVAN, Frank. Perceived discrimination and depression among low-income Latina male-to-female transgender women. *BMC Public Health*. V.12, n.663, pp. 1-8, 2012.
- BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina: A condição feminina e a violência simbólica. tradução de maria Helena Kuhner. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2014.
- BORRILLO, Daniel. Homofobia. Barcelona: Ediciones Bellaterra, 2001, p. 36.
- BUTLER, Judith. Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.
- CORRÊA, C. S. Violência urbana e vulnerabilidades: o discurso dos jovens e as notícias de jornais. Dissertação (Mestrado em Psicologia) Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.
- GUIMARÃES, M. C. S; NOVAES, S. C. Autonomia Reduzida e Vulnerabilidade: Liberdade de Decisão, Diferença e Desigualdade. *Revista bioética*. Brasília, v. 7, n. 1. 1999.
- LOPES, J. L. S. Proposta de indicadores de sustentabilidade aplicado para o estudo da vulnerabilidade da comunidade de Batoque-Aquiraz/CE. Tese (Doutorado em Geografia) – Curso de Geografia, Universidade Federal do Ceará_ UFC, Fortaleza, 2013.
- Mona Migs. UFPE. Agência Brasil. Disponível em:<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-05/plataforma-online-ajuda-homossexuais-encontrar-lar>. Acesso em: 10/07/2021.
- 37% dos brasileiros não aceitariam filho homossexual, diz pesquisa. G1.Globo.com, São Paulo. Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/05/37-dos-brasileiros-nao-aceitariam-filho-homossexual-diz-pesquisa.html>. Acesso em: 16, 07 e 2021.
- GRUPO GAY DA BAHIA. Relatórios anuais de mortes LGBTI+. Disponível em:<https://grupogaydabahia.com.br/relatorios-anuais-de-morte-de-lgbti/>. Acesso em: 25 set. 2019. Acesso em: 16, 07 e 2021.
- The Bridge Homeless Assistance Center / Overland Partners. Disponível em:<https://www.archdaily.com/115040/the-bridge-homeless-assistance-center-overland-partners>. Acessado em 16/07/2021.
- 12 casas de acolhimento para LGBTIs no Brasil.Globo.com. disponível em: <https://casavogue.globo.com/Arquitetura/Cidade/noticia/2020/06/12-casas-de-acolhimento-para-lgbtis-no-brasil.html>. Acesso em 17 /07/2021.
- Primeira Casa de Acolhimento em Alagoas para população LGBTQIA+ é inaugurada. Mundomais.com.br. Disponível em: <https://www.mundomais.com.br/noticias/2021/01/noticia-8030-primeira-casa-de-acolhimento-em-alagoas-para-populacao-lgbtqia-e-inaugurada> . Acessado em 16/07/2021
- Ajude a manter o Centro de Acolhimento LGBTQIA+ de Alagoas. Gazetaweb.com. Disponível em: <http://diversidade.blogsdagazetaweb.com/tag/centrolgbt/>. Acessado em: 16/07/2021.

ONGs e projetos LGBTs para você ajudar (e conhecer) em sua cidade. catracalivre.com.br.
Disponível em: <https://catracalivre.com.br/cidadania/ongs-e-projetos-lgbts-para-voce-ajudar-e-conhecer-em-sua-cidade/> . Acessado em 18/07/2021.